

CONTRATO CEDAE N.º **153** /2019 (DSG)Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **WEG DRIVERS E CONTROLS – AUTOMOÇÃO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e Sr. MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI, Diretor de Saneamento e Grande Operação, doravante denominada **CEDAE**, e a **WEG DRIVERS E CONTROLS – AUTOMOÇÃO LTDA**, sediada na Av. Prefeito Waldemar Grubba, Nº 3.000, Vila Lalau, Jaraguá do Sul - SC, CEP: 89.256-900, inscrita no CNPJ sob nº 14.309.992/0001-48, neste ato por meio de seu Procurador ao final assinado, Sr. RENÊ GROSSKLAGS JÚNIOR, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 586.038.169-72, portador do RG nº 1.981.218, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do **Processo nº E-07/100.873/2018** relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 611/2019** que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e pela Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA COM CLP INCORPORADO PARA ACIONAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS"**, itens 02, 04, 05, 06 e 07, conforme Termo de Referência, que passa a integrar a presente contratação embora não transcrito.

Itens	Descrição	Marca/modelo	Quant. (UN)
<b>02</b> (Ampla concorrência)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 40 CV – 105 A – 60 Hz – 220 V	<b>WEG</b> <b>CFW110142T2055 Z</b>	<b>08</b>
<b>04</b> (Ampla concorrência)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 60 CV – 88 A – 60 Hz -440 V	<b>WEG</b> <b>CFW110088T40F AZ</b>	<b>03</b>
<b>05</b> (Ampla concorrência)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 75 CV – 105 A – 60 Hz – 440 V	<b>WEG</b> <b>CFW110142T4SZ</b>	<b>01</b>
<b>06</b> (Ampla concorrência)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 100 CV – 142 A – 60 Hz – 440 V	<b>WEG</b> <b>CFW110180T4SZ</b>	<b>04</b>
<b>07</b> (Cota Principal)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 200 CV – 242 A – 60 Hz – 440 V	<b>WEG</b> <b>CFW110312T4SZ</b>	<b>09</b>



## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data indicada na Ordem de Fornecimento, que poderá ser emitida após a assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da CEDAE, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A prorrogação de prazo formalizada por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução seja considerado para fins de reajuste.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA**, documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados à execução satisfatória do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens observando a quantidade, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo causado à CEDAE ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**; e
- h) manter as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação durante todo o período de vigência contratual.

- I) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;  
J) responder pelo contrato na forma da lei.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto em regime de fornecimento integral, pelo preço de **R\$ 358.364,70 (trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos).**

Itens	Descrição	Marca/modelo	Quant. (UN)	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
02 (Ampla concorrência)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 40 CV – 105 A – 60 Hz – 220 V	WEG CFW110142 T2O55Z	08	8.673,51	69.388,08
04 (Ampla concorrência)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 60 CV – 88 A – 60 Hz – 440 V	WEG CFW110088 T4OFAZ	03	10.001,00	30.003,00
05 (Ampla concorrência)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 75 CV – 105 A – 60 Hz – 440 V	WEG CFW110142 T4SZ	01	12.020,37	12.020,37
06 (Ampla concorrência)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 100 CV – 142 A – 60 Hz – 440 V	WEG CFW110180 T4SZ	04	13.680,00	54.720,00
07 (Cota Principal)	INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM FUNÇÃO CLP INTEGRADO PARA MOTOR DE 200 CV – 242 A – 60 Hz – 440 V	WEG CFW110312 T4SZ	09	21.359,25	192.233,25
<b>TOTAL</b>					<b>358.364,70</b>

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Programa do Trabalho: 1200226064  
Código Orçamentário: 44.90.52.21  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 141110011  
Centro de Custos: DS03000000  
ID da Reserva Orçamentária: 2019000834

#### CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) realizado(s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório previsto na cláusula décima quinta, conforme informações prestadas às fls. 866 e 876 do processo administrativo de referência.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A verificação, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) objeto(s) entregue(s) **impedirá o seu recebimento provisório**, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr quando solucionado o problema.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação formal da **CONTRATADA** acerca da irregularidade/pendência constatada, podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os pagamentos devidos serão efetuados pela **CEDAE** mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato, serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, *pro rata die*. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO**

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta que poderá exercê-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.



#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor do fornecimento será irrevogável durante toda vigência deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula décima oitava, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;





**PARÁGRAFO SEXTO** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**PARÁGRAFO NONO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula décima oitava, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III – decisão judicial ou arbitral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.





**PARÁGRAFO QUARTO** - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela CEDAE.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

**PARÁGRAFO NONO** - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.



**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO** - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO** - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO**

A aceitação provisória nos contratos de aquisição ocorrerá conforme o número de parcelas de fornecimento, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes, pela emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Para o pagamento de cada nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

**PARÁGRAFO QUINTO** - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, conforme OS “E” nº 14.693/2017.





**PARÁGRAFO SEXTO** - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO**

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade da totalidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Nos casos de contratos de ATÉ R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nos casos de contratos de VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/17.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**Parágrafo Quarto** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**PARÁGRAFO SEXTO** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO** - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.



**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO**

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2019.

Pela **CEDAE**:



**JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

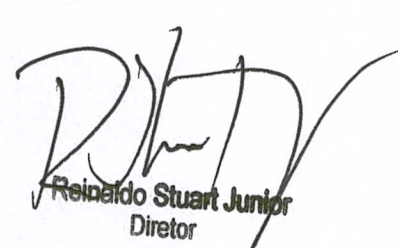


**MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI**  
Diretor de Saneamento e de Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:



**RENÉ GROSSKLAGS JÚNIOR**  
Procurador



**Reinaldo Stuart Junior**  
Diretor

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

Ref. contr-WEG-DRIVERS-E-CONTROLS-aquisição-e-inversores-de-frequencia-PE-611-2019-PLDR



**EXONERAR JOSÉ LUIZ DE ARAUJO JUNIOR**, ID FUNCIONAL Nº 501502-2, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Processo nº SEI-12/001/040477/2019.

**EXONERAR PRISCILA PEREIRA SILVA COSTA**, ID FUNCIONAL Nº 5098031-9, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Convênios, da Superintendência de Estratégia e Resultado, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Processo nº SEI-12/001/040477/2019.

**NOMEAR PRISCILA PEREIRA SILVA COSTA**, ID FUNCIONAL Nº 5098031-9, para exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por José Luiz de Araújo Junior, ID Funcional nº 501502-2. Processo nº SEI-12/001/040477/2019.

**NOMEAR JOSÉ LUIZ DE ARAUJO JUNIOR**, ID FUNCIONAL Nº 501502-2, para exercer o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Convênios, da Superintendência de Estratégia e Resultado, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Priscila Pereira Silva Costa, ID Funcional nº 5098031-9. Processo nº SEI-12/001/040477/2019.

**NOMEAR RAFAEL OLIVEIRA SANTOS RODRIGUES**, ID FUNCIONAL Nº 5005020-6, para exercer, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, anteriormente ocupado por Jacqueline Duarte de Paula Coutinho Marques, ID Funcional nº 5008095-4. Processo nº SEI-15/001/040936/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, **JACQUELINE DUARTE DE PAULA COUTINHO MARQUES**, ID FUNCIONAL Nº 5008095-4, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais. Processo nº SEI-15/001/040936/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, **MARCIA GOMES LEONARDO**, ID FUNCIONAL Nº 5023095-6, do cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais. Processo nº SEI-15/001/040929/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, **JULIANA NASCIMENTO DOS SANTOS**, ID FUNCIONAL Nº 959602-4, do cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais. Processo nº SEI-15/001/040929/2019.

**NOMEAR VIVIANE DA SILVA SANTOS**, ID FUNCIONAL Nº 4142714-9, para exercer, com validade a contar de 06 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, anteriormente ocupado por Anna Cecilia Amaral Albernaz, ID Funcional nº 4347122-6. Processo nº SEI-15/001/040899/2019.

**NOMEAR RAFAEL EDUARDO ELLER** para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-8, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, anteriormente ocupado por Antonio Fechine Sampaio, ID Funcional nº 5101386-0. Processo nº SEI-22/002/003852/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, **SILVANA VALERIA DE OLIVEIRA PEREIRA**, ID FUNCIONAL Nº 2638105-2, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenação de Enfermagem, da Superintendência de Unidades Hospitalares I, Metro I, Médio Paraiiba, Baía da Ilha Grande, da Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde. Processo nº SEI-08/001/039705/2019.

**NOMEAR IZABELA FIGUEIREDO MADUREIRA** para exercer, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenação de Enfermagem, da Superintendência de Unidades Hospitalares I, Metro I, Médio Paraiiba, Baía da Ilha Grande, da Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Silvana Valeria de Oliveira Pereira, ID Funcional nº 2638105-2. Processo nº SEI-08/001/039705/2019.

**NOMEAR SILVANA VALERIA DE OLIVEIRA PEREIRA**, ID FUNCIONAL Nº 2638105-2, para exercer, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Superintendência de Unidades Hospitalares I, Metro I, Médio Paraiiba, Baía da Ilha Grande, da Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Elson Santos de Oliveira, ID Funcional nº 439806-7. Processo nº SEI-08/001/039705/2019.

**EXONERAR KAYO VINICIUS MACHADO ROMAY**, ID FUNCIONAL Nº 50824805 do cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-8, da Assessoria Técnica, da Diretoria de Licenciamento Ambiental, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

**NOMEAR KAYO VINICIUS MACHADO ROMAY**, ID FUNCIONAL Nº 50824805, para exercer o cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-4, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Maria Alice Maniães dos Santos, ID Funcional nº 5086057-7. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

**NOMEAR GUILHERME JANDRE DELAROLI**, ID FUNCIONAL Nº 2509042-9, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-8, da Assessoria Técnica, da Diretoria de Licenciamento Ambiental, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Kayo Vinicius Machado Romay, ID Funcional nº 50824805. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

**EXONERAR VANESSA DA CONCEIÇÃO COELHO TEIXEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 4374318-8, do cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-7, da Gerência das Unidades de Conservação, da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

**NOMEAR MAURICILIO RODRIGUES DE SOUZA**, ID FUNCIONAL Nº 5074654-5, para exercer o cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-7, da Gerência das Unidades de Conservação, da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Vanessa da Conceição Coelho Teixeira, ID Funcional nº 4374318-8. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

**EXONERAR**, a pedido, **CARLOS AUGUSTO SANTOS VALADÃO**, ID FUNCIONAL Nº 5097727-0, do cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

**NOMEAR UILTON AFRONSO VIANA FILHO** para exercer o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Carlos Augusto Santos Valadão, ID Funcional nº 5097727-0. Processo nº SEI-07/002/003778/2019.

**NOMEAR ELISA DO NASCIMENTO MOTTA** para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Paulo César de Oliveira. Processo nº SEI-02/007/002447/2019.

**NOMEAR TATIANA FERREIRA NOVO** para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Patricia de Paula Martins. Processo nº SEI-02/007/002447/2019.

**NOMEAR DÉBORA CERQUEIRA DE MORAES** para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Rosicler Nunes Ferraz. Processo nº SEI-02/007/002451/2019.

**NOMEAR JORGE ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA** para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Naiara Fernandes Rodrigues Gomes. Processo nº SEI-02/007/002453/2019.

**NOMEAR DIOGO CARDOSO CAMPOS** para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Amilton Scarpini Lopes. Processo nº SEI-02/007/002448/2019.

**NOMEAR DENIZE DA SILVA TERRY** para exercer, com validade a contar de 05 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Naira da Silva Moreira, ID Funcional nº 5089695-4. Processo nº SEI-31/003/001525/2019.

**NOMEAR CARLA DE LIMA RIBEIRO** para exercer, com validade a contar de 05 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Camilla Gimenez Moraes, ID Funcional nº 50996088-1. Processo nº SEI-31/003/001523/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 01 de outubro de 2019, **ANDRÉIA MÁXIMO DA COSTA PEREIRA RODRIGUES**, ID FUNCIONAL Nº 5085233-7, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº SEI-31/003/001365/2019.

**NOMEAR BRUNO SILVA ANDRIOTTI**, ID FUNCIONAL Nº 50792095-1, para exercer, com validade a contar de 14 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Andréia Máximo da Costa Pereira Rodrigues, ID Funcional nº 5085233-7. Processo nº SEI-31/003/001366/2019.

**EXONERAR**, a pedido e com validade a contar de 05 de novembro de 2019, **ANDRÉ LUIZ FERREIRA DE SOUZA** do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado das Cidades. Processo nº SEI-33/018/001520/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, **NATHALIA DE SOUZA DA SILVA ORNELAS**, ID FUNCIONAL Nº 5095823-2, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Coordenadoria de Regime Disciplinar, da Superintendência de Regime Disciplinar, da Corregedoria Geral do Estado, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE. Processo nº SEI-32/001/039287/2019.

**NOMEAR LUIS CLAUDIO MARTINEZ MESQUITA** para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, anteriormente ocupado por Daniel de Santa Cruz Freitas, ID Funcional nº 5015930-5. Processo nº SEI-22/002/003757/2019.

#### POSTILAS DO SECRETÁRIO DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

**ATO DE 04/11/2019 - D.O. DE 05/11/2019** - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-33/018/001482/2019, fica esclarecido que a nomeação de **MARCUS VINICIUS BRIGIDO COSTA** a quem se refere o presente Ato para exercer cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado de Cidades, produzirá efeitos a contar de **01 de novembro de 2019**.

**ATO DE 04/11/2019 - D.O. DE 05/11/2019** - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-02/007/002011/2019, fica esclarecido que a exoneração de **VIVIANE DA SILVA SANTOS** a quem se refere o presente Ato de cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, produzirá efeitos a contar de **01 de novembro de 2019**.

**ATO DE 24/10/2019 - D.O. DE 25/10/2019** - Tendo em vista o que consta do Processo nº E-16/004/1820/2019, fica retificado para **25 de outubro de 2019**, a validade da nomeação de **Adriane Luisa da Silveira**, a quem se refere o presente Ato do cargo em comissão da estrutura da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado, mantidos os demais.

**ATO DE 23/10/2019 - D.O. DE 24/10/2019** - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-02/007/002010/2019, fica retificado para **SEBASTIÃO ANTONIO DE REZENDE** o nome do servidor a quem se refere o presente Ato de nomeação, para exercer cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, mantidos os demais termos.

**ATO DE 21/10/2019 - D.O. DE 22/10/2019** - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-02/007/002007/2019, fica retificado para **NAIRA FRANCIS SANTOS CARVALHO** o nome da servidora a quem se refere o presente Ato de nomeação, para exercer cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, mantidos os demais termos.

**ATO DE 02/10/2019 - D.O. DE 03/10/2019** - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-22/002/001953/2019, fica retificado para **01 de outubro de 2019**, a validade da exoneração de **ADRIANE ABREU DE SOUZA** a quem se refere o presente Ato de cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais mantidos os demais termos.

**ATO DE 16/09/2019 - D.O. DE 17/09/2019** - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-22/001/001953/2019, fica retificado para **11 de setembro de 2019**, a validade da nomeação de **CELSO SÁ BASTOS JUNIOR** a quem se refere o presente Ato para exercer o cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais mantidos os demais termos.

Id: 2219562

#### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

##### FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

###### ATO DO PRESIDENTE

**\*PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8622 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019**

**DESIGNA GESTOR, PARA AS ATIVIDADES RELACIONADAS AO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO Nº 001/2019.**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CEPERJ**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº E-12/218/257/2019, e

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e fiscalização das contratações da administração e altera o Decreto nº 42.301/2010,

###### RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica designado o servidor **MARCOS FERREIRA**, Chefe da Divisão de Apoio e Logística, Id. Funcional nº 3215568-9, a gestão do instrumento relacionado nesta Portaria assim como a elaboração e a apresentação do processo de prestação de contas.

Processo Administrativo	Instrumento	Parte
E-12/218/628/2019	001/2018	Trivale Administração LTDA

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2019

**MARIO DE ARAUJO ALMEIDA NETO**  
Presidente

\*República por incorreção no original publicada no D.O. de 08/11/2019.

Id: 2219371

##### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

###### ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 01/11/2019

**DESIGNA ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR**, Agente de Saneamento H, como Presidente, **MARCUS VINICIUS BORGES ROSSI**, Engenheiro C e **WAGNER GONÇALVES MONDEGO**, Agente de Saneamento H, como membros titulares e **FRANCISCO JOSE MEMEGETTE PAULO**, Agente de Saneamento H, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA COM CLP INCORPORADO PARA AÇÃOAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS, de que trata o Processo nº E-07/100873/2018. Ordem de Serviço P/FIS Nº 26.679-00/2019.

Id: 2219373

##### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

###### ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 04/11/2019

**DESIGNA JOSE JORGE DE SOUZA ROSSI**, Engenheiro C, como Presidente, **FABIO DIAS BARROS**, Engenheiro D e **ROBERTO BIANCHINI ANTONIO**, Agente de Saneamento G, como membros titulares e **ALEXANDRE DE ARAUJO MARQUES**, Agente de Saneamento I, como membro suplente. Gerente do Contrato **JOSE RIBAMAR GOMES DE SENA JUNIOR**, Agente de Saneamento I e **JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DE MOTORES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR EM LOTE I, de que trata o Processo nº E-17/100.407/2015. Ordem de Serviço P/FIS Nº 23.315-02/2019. Revoga O.S. P/FIS Nº 23.315-01/2019.

Id: 2219374

##### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

###### ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 05/11/2019

**DESIGNA ALEXANDRE OLIVEIRA PEREIRA**, Agente de Saneamento F, como Presidente, **MAURO SYLVESTRE ARAUJO NUNES DA SILVA**, Engenheiro C, **AUGUSTO JOSE GRAVATO RODRIGUES**, Técnico de Saneamento II, **FLAVIO GUSMAN**, Agente de Saneamento H, **CARLOS TADEU FERREIRA DE SOUZA**, Agente de Saneamento H, como membros titulares e **MARIO ANGELO GAZOS LOPEZ**, Agente de Saneamento H, como membro suplente. Gerente do Contrato **DAMIAO BARBOSA**, Agente Administrativo F e **JUSARA SEIA FERREIRA**, Agente Administrativo E, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS DE EQUIPAMENTOS DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo nº E-07/100.453/2019. Ordem de Serviço P/FIS Nº 26.574-01/2019. Revoga O.S. P/FIS Nº 26.574-00/2019.

Id: 2219380

##### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

###### ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 04/11/2019

**DESIGNA JOSE JORGE DE SOUZA ROSSI**, Engenheiro C, como Presidente, **SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO**, Agente de Saneamento I e **JUDAS TADEU FAJARDO VALENTE**, Agente de Saneamento I, como membros titulares e **ALEXANDRE DE ARAUJO MARQUES**, Agente de Saneamento I, como membro suplente. Gerente do Contrato **JOSE RIBAMAR GOMES DE SENA JUNIOR**, Agente de Saneamento I e **JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DE MOTORES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR EM LOTE II, de que trata o Processo nº E-17/100.407/2015. Ordem de Serviço P/FIS Nº 23.316-02/2019. Revoga O.S. P/FIS Nº 23.316-01/2019.

Id: 2219375

##### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

###### ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 04/11/2019

**DESIGNA JOSE JORGE DE SOUZA ROSSI**, Engenheiro C, como Presidente, **FERNANDO AUGUSTO DE ABREU ARRUDA**, Agente de Saneamento I e **ANDRE ALcantara de Faria**, Engenheiro D, como membros titulares e **ALEXANDRE DE ARAUJO MARQUES**, Agente de Saneamento I, como membro suplente. Gerente do Contrato **JOSE RIBAMAR GOMES DE SENA JUNIOR**, Agente de Saneamento I e **JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DE MOTORES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR EM LOTE III, de que trata o Processo nº E-17/100.407/2015. Ordem de Serviço P/FIS Nº 23.317-02/2019. Revoga O.S. P/FIS Nº 23.317-01/2019.

Id: 2219376



## ANEXO II- DPE/RJ

Os lotes abaixo estão relacionados ao art. 402 (Ant. art. 356 da Res. nº 01/00 da Consolidação Normativa)

OTE	ANO	JUIZO	PROCESSO Nº	AUTOR/CAÇÃO
3576	2017	Cartório da 3ª Vara Cível - Comarca de Alcântara	0021534-69.2016.8.19.0087	173/2017MND
3537	2018	Cartório da 3ª Vara Cível - Comarca de Iguape	0028363-64.2016.8.19.0023	274/2018MND
1055	2018	Cartório da 32ª Vara Cível - Comarca da Capital	0497700-15.2014.8.19.0001	659/2018MND
1808	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional de Jacarepaguá	0051065-51.2013.8.19.0203	2747/2019MND
2324	2019	Cartório da 3ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0000261-51.2019.8.19.0209	1022/2019MND
2546	2019	Cartório da 4ª Vara Cível - Regional de Madureira	0019281-83.2012.8.19.0202	1311/2019MND
2860	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Comarca da Capital	0393647-24.2013.8.19.0001	597/2019MND
2861	2019	Cartório da 7ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0018792-64.2014.8.19.0209	1154/2019MND
2993	2019	Cartório da 38ª Vara Cível - Comarca da Capital	0001167-41.1986.8.19.0001	394/2019MND
2994	2019	Cartório da 2ª Vara Cível - Comarca de São João de Meriti	0081854-29.2017.8.19.0054	778/2019MND
2995	2019	Cartório da 23ª Vara Cível - Comarca da Capital	0203492-18.2017.8.19.0001	772/2019MND
3096	2019	Cartório da 6ª Vara Cível - Comarca de Mesquita	0181449-83.2011.8.19.0208	610/2019MND
3098	2019	Cartório da 6ª Vara Cível - Comarca de Duque de Caxias	0018529-09.2017.8.19.0021	2107/2019MND
3118	2019	Cartório da 31ª Vara Cível - Comarca da Capital	0112003-31.2016.8.19.0001	319/2019MND

3119	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Comarca de Duque de Caxias	0010660-65.2018.8.19.0021	2164/2019MND
3132	2019	Cartório da 26ª Vara Cível - Comarca da Capital	0084724-61.2002.8.19.0001	562/2019MND
3133	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Regional da Leopoldina	0030852-95.2016.8.19.0210	563/2019MND
3134	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0040027-48.2018.8.19.0209	1402/2019MND
3155	2019	Cartório da 35ª Vara Cível - Comarca da Capital	0079060-29.2014.8.19.0001	683/2019MND
3195	2019	Cartório da 16ª Vara de Fazenda Pública - Comarca da Capital	0264378-80.2017.8.19.0001	679/2019MND
3241	2019	Cartório da 9ª Vara Cível - Comarca de Nilópolis	0062935-12.2016.8.19.0002	456/2019MND
3280	2019	Cartório da 6ª Vara Cível - Comarca de Nilópolis	0056470-21.2015.8.19.0002	849/2019MND
3284	2019	Cartório da 29ª Vara Cível - Comarca da Capital	0105736-38.2019.8.19.0001	1208/2019MND
3285	2019	Cartório da 6ª Vara Cível - Regional da Barra da Tijuca	0010845-95.2010.8.19.0209	1212/2019MND
3286	2019	Cartório da 11ª Vara Cível - Comarca da Capital	0310880-43.2018.8.19.0001	475/2019MND
3287	2019	Cartório da 2ª Vara Cível - Regional de Jacarepaguá	0053674-07.2013.8.19.0203	145/2019MND
3290	2019	Cartório da 2ª Vara Cível - Comarca da Capital	0118245-21.2007.8.19.0001	687/2019MND
3291	2019	Cartório da 1ª Vara Cível - Regional de Jacarepaguá	0000667-06.1998.8.19.0203	1488/2019MND
3348	2019	Cartório da 14ª Vara Cível - Comarca da Capital	0411892-08.2015.8.19.0001	900/2019MND
3354	2019	Cartório da 5ª Vara Empresarial - Comarca da Capital	0007775-83.1996.8.19.0001	264/2019MND
3558	2019	Cartório da 3ª Vara Empresarial - Comarca da Capital	0270353-83.2017.8.19.0001	199/2019MND

Id: 2219450

ASSESSORIA DE EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO  
Centrais Elétricas Fluminenses S.A. - CELF "Em Liquidação"  
CNPJ: 30.066.658/0001-67

## EXTRATO DE TERMO

CONVÊNIO Nº 14/2019: firmado em 22/10/2019. Processo nº E-12/21577/2019, celebrado entre Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e as Centrais Elétricas Fluminenses S.A. - CELF "Em Liquidação". OBJETO: O presente Convênio é a soma dos esforços dos participantes com o objetivo comum de assegurar a representação judicial pela Procuradoria Geral do Estado nos processos nos quais a CELF S.A. "Em Liquidação" figure como parte ou interessada, exclusivamente no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. PRAZO: 60 meses, podendo ser prorrogado pela vontade dos participantes. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980; Decreto Estadual nº 40.500, de 01 de janeiro de 2007, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 46.552, de 01 de janeiro de 2019, e demais disposições legais aplicáveis.

Id: 2219247

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO  
COMISSÃO DE PREGÃO

## AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO DA FUNDAÇÃO CEPERJ torna público que fará realizar no portal sistema integrado de gestão de aquisições:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 001/2019.

TIPO: Menor Preço Global.

DATA DA ABERTURA: 21/11/2019.

PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 10,00 horas.

LOCAL: www.compras.rj.gov.br

OBJETO: Contratação de locação de detectores de metal.

VALOR ESTIMADO: R\$ 129.250,00.

PROCESSO Nº E-12/218791/2019.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.compras.rj.gov.br. As dúvidas podem ser esclarecidas através do telefone (21) 2334-7146, ou através do e-mail pregao@ceperj.rj.gov.br.

Id: 2219534

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 152/2019 (DSG).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CLAUDIO FERREIRA RODRIGUES 11744488819.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA COM CLP INCORPORADO PARA AÇÃOAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS.  
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias.  
VALOR: R\$ 108.457,88 (cento e oito mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 31/10/2019.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.873/2018 - Pregão Eletrônico nº 611/2019.

Id: 2219380

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 140/2019 (DRI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ELETRO JUIFER LTDA EPP.  
OBJETO: remanescente do CONTRATO n.º 096/2017 (DI), que teve por objeto a prestação dos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO DE MOTORES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR, EM LOTES I, II, III, IV e V.  
PRAZO: até o dia 12 de Agosto de 2020.  
VALOR: R\$ 1.032.999,97 (um milhão, trinta e dois mil novecentos e noventa e nove reais e nove centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 28/10/2019.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.407/2015 (Dispensa de Licitação nº 002/2019 - DRI).

Id: 2219361

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 151/2019 (DSG).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a WALDESA MOTOMERCANTIL LTDA.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA COM CLP INCORPORADO PARA AÇÃOAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS.  
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias.  
VALOR: R\$ 308.633,04 (trezentos e oito mil seiscentos e trinta e três reais e quatro centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 31/10/2019.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.873/2018 - Pregão Eletrônico nº 611/2019.

Id: 2219382

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 153/2019 (DSG).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a WEG DRIVERS E CONTROLS - AUTOMOCÃO LTDA.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INVERSORES DE FREQUÊNCIA COM CLP INCORPORADO PARA AÇÃOAMENTO, AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE DE MOTORES ELÉTRICOS.  
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias.  
VALOR: R\$ 358.364,70 (trezentos e cinquenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 31/10/2019.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.873/2018 - Pregão Eletrônico nº 611/2019.

Id: 2219383

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 102/2015 (DIP).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TRANSPORTES MUCHELIN LTDA.  
OBJETO: Rerratificação de itens da planilha orçamentária, referente ao Contrato nº 102/2015 (DIP).  
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.  
VALOR: R\$ 283.255,76 (duzentos e oitenta e três mil duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos), correspondente a um décimo de 5,59% (cinco vírgula cinquenta e nove por cento) do valor inicialmente contratado.  
DATA DE ASSINATURA: 05/11/2019.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.371/2015 - Pregão Eletrônico nº 058/2015 (ASL-DP).

Id: 2219430

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 070/2016 (DG).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CICLUS AMBIENTAL DO BRASIL S.A..  
OBJETO: Alteração do valor constante na cláusula sexta contratual, DO PREÇO E MEDIÇÃO, considerando a alteração da tarifa cobrada pela prestação de serviços, passando de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) para R\$ 45,04 (quarenta e cinco reais e quatro centavos) por metro cúbico, e Alteração da tarifa de referência (P) de efluente público para atividade industrial.  
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.  
VALOR: Sem alteração do valor contratual.  
DATA DE ASSINATURA: 04/11/2019.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.659/2018.

Id: 2219379

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 658/2019 - ADPR-31  
OBJETO: SERVIÇOS DE COLETA DE AMOSTRAS DE ÁGUA, ANÁLISE DE CAMPO, CONTROLE E LOGÍSTICA DE PLANO DE AMOSTRAGEM, PARA CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA NA REGIÃO DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.  
DATA DA ETAPA DE LANÇES: 22/11/2019 Horário: 11:00 horas  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3837, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2219289

## Secretaria de Estado de Fazenda

## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 028/2019.  
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJPREV.  
OBJETO: CESSÃO DE USO de bens móveis, doravante designado simplesmente OBJETO DA CESSÃO DE USO, pertencente ao ESTADO em favor da GESSIONÁRIA, transferindo-lhe, por conseguinte, em caráter provisório, a sua posse e a responsabilidade.  
PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação.  
DATA DA ASSINATURA: 05/11/2019  
FUNDAMENTO: Lei nº 287/1979  
PROCESSO Nº SEI-04/182/001769/2019

Id: 2219407

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL ESPECIALIZADA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - AFE10

## EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AFE10 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, no uso de suas atribuições legais, convoca o responsável pelo contribuinte, abaixo citado, para comparecer à Repartição Fiscal, situada na Avenida Presidente Vargas nº 670 - 4º andar, Centro - RJ, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a fim de tomar ciência da Nota de Lançamento nº 51007/119, lavrada pela Auditoria Fiscal da Receita Estadual Michelle Bagueira Considera Sepulcri, Mat. 3000061-6, realizada através do RAF nº 524.499-22 - 08PROC.

EMPRESA: SEREU RIOS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALI-

MENTOS LTDA

CNPJ: 05.215.683/0001-18

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 77.450.661

ENDERECO: Avn Automovel Clube S/N Lote 05/06 Quadra 3, Parque

Paulista - Duque De Caxias - RJ - Brasil - CEP 25261-320

NUMERO DO PROCESSO Nº E-04/043/112/2019

Id: 2219287

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CAMARADISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS AOS RELATORES  
MEDIANTE SORTEIO

Aos 11 dias do mês de novembro de 2019, às onze horas e trinta minutos, em sessão a ser realizada pela Quarta Câmara do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, serão distribuídos, mediante sorteio realizado pelo(a) Representante da Fazenda presente à respectiva Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSOS VOLUNTÁRIOS	CONTRIBUINTES
74.757, 74.758, 74.759, 74.760, 74.761, 74.762, 74.763 e 74.764	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
RECURSOS DE OFÍCIO	CONTRIBUINTES
75.122	QUISSAMA INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
75.140	N MINAS TRANSPORTE E LOCAÇÕES LTDA
75.141 e 75.143	CALCADOS ITAPUA S/A - CISA
75.148	CERVEJARIA VICOSA BIER LTDA
75.180	A GERADORA ALUGUEL DE MAQUINAS S/A

Id: 2219398

Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico, Emprego e Relações Internacionais

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO

"INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 04/2019.  
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.  
PARTES: Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-RJ, e a PROVAZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA;  
OBJETO: Prestação de serviços de limpeza predial;  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-22/013/73/2019;  
DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2019  
VALOR: R\$ 246.132,00 (duzentos e quarenta e seis mil cento e trinta e dois reais).  
\*Omitido no D.O. 01/11/2019.

Id: 2219332

## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Convênio.  
PARTES: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA e Controladoria Geral do Estado - CGE.  
OBJETO: Disponibilização de procedimento de consulta ao cadastro de empresas e de visualização de documentos digitalizados.  
VIGÊNCIA: 22/10/2019 a 21/10/2024.  
DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2019  
FUNDAMENTO DO ATO: Lei nº 8.866/93.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-22/011/000291/2019.

Id: 2219286



AGETRANS

ouvidoria@agetrans.rj.gov.br  
www.agetrans.rj.gov.br

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTES REGULATÓRIOS, FERRVILIÁRIOS E METROVIÁRIOS, E DE MODOS DE TRANSPORTE PÚBLICO

**OUVIDORIA**

**0800 285 9796**

Banco, Nível, Teto e Espaço Envolvendo Pessoas

 [www.facebook.com/agetrans.rj](https://www.facebook.com/agetrans.rj)  
 [www.twitter.com/agetrans.rj](https://twitter.com/agetrans.rj)